

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – REITORIA

Termo de Referência – Pregão Eletrônico – Serviço não contínuo

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços visando a futura contratação eventual e parcelada de **SERVIÇO DE FILMAGEM EM FORMATO DIGITAL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O serviço, discriminado no QUADRO 1 visa atender às necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais para a execução de seus processos seletivos para ingresso aos cursos e nos concursos públicos. Para tanto, será necessário executar:

1.2.1. Filmagem da execução das provas objetivas e dissertativas de candidatos que solicitarem o serviço por meio de procedimento próprio. **Somente após o término da inscrição em cada processo seletivo, será possível informar a quantidade exata de candidatos que demandarão o serviço.**

1.2.2. Filmagem, obrigatória, da prova de desempenho didático dos candidatos classificados, em concursos públicos, para esta etapa. **Somente após a classificação do candidato na prova dissertativa será possível informar a quantidade exata de aulas a serem filmadas.**

QUADRO 1: Serviços de filmagem em formato digital

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quantidade Estimada	Valor por hora (estimado)	Valor total (estimado)
1	Serviço de filmagem em formato digital	Horas (de gravação)	855	133,15	113.843,25
Obs.: Estão incluídos a disponibilização do cinegrafista, a edição e a produção de cópias					

1.3. A seleção para os cursos ofertados pelo IF Sudeste MG ocorre em junho para o ingresso no 2º semestre e em novembro para o ingresso no 1º semestre.

1.4. A seleção, por meio de concursos públicos, ocorre em datas variáveis e estão sujeitas à demanda de cada unidade de ensino do IF Sudeste MG. No entanto, estão previstas para ocorrer nos períodos de fevereiro a maio e agosto a outubro.

1.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do **SERVIÇO DE FILMAGEM EM FORMATO DIGITAL** é necessária pois não há no âmbito deste Instituto Federal servidores habilitados, equipamentos e ilha de edição disponíveis para a execução de tais atividades. Tem por objetivo:

2.1.1. Atender à candidatos com dificuldades de visão e com dificuldade motora que solicitarem, por meio de procedimento próprio, a filmagem da realização de provas e a transcrição da folha de respostas, conforme previsto no Art. 30 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2016.

2.1.2. Executar a filmagem de provas de desempenho didático, conforme previsto no § 3º do Art. 13 do Decreto nº 6.944/2009.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. No QUADRO 2 consta o cronograma de atividades previsto.

QUADRO 2: Cronograma de Atividades

Atividades	Tempo de prova	Nº estimados de candidatos a serem atendidos**	Nº estimado de horas
Provas objetivas (Cursos Técnicos Presenciais)	4,5 horas*	40	180
Provas objetivas (Cursos de Graduação)	5,5 horas*	20	110
Provas objetivas (Cursos de Pós-graduação)	4 horas*	5	20
Provas objetivas (Concursos públicos)	4 horas*	5	20
Provas dissertativas (Concursos públicos)	5 horas*	5	25
Prova de desempenho didático	1 hora	Variável	500
TOTAIS			855
* Considerou-se a concessão de tempo adicional de prova, de no máximo, 1 hora, previsto em Edital à candidatos que solicitarem dentro do prazo previsto no certame.			
** O número de candidatos a serem atendidos são estimados.			

4.2. A captura da imagem e do som no formato digital **das provas objetivas e dissertativas** deverá ser realizada por profissional qualificado (cinegrafista) que permanecerá na sala durante todo o período da aplicação das provas.

4.2.1. O tempo de filmagem poderá ser acrescido, no máximo, em 1 hora para os candidatos que requerem tempo adicional de prova como previsto nos Editais do certame.

- 4.2.2. A imagem e o som deverão ser editados e encaminhados à Comissão Permanente de Processo Seletivo (COPESE) do IF Sudeste MG, por meio de AR, enviando o código de rastreamento para o fiscal do contrato, para o seguinte endereço:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Rua Luz Interior, Nº 360, bairro Santa Luzia
CEP.: 36.030-776 – Juiz de Fora/MG

- 4.3. A captura da imagem e do som no formato digital **das provas de desempenho didático** deverá ser realizada por profissional qualificado (cinegrafista) que permanecerá na sala durante todo o período da aplicação das provas, de forma a atender plenamente as necessidades descritas nos editais.

- 4.3.1. Disponibilizar um profissional para realizar a coordenação e supervisão dos trabalhos do cinegrafista, que realizarão a **FILMAGEM DA PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO**. Os profissionais permanecerão na sala durante todo o período da aplicação da prova.

- 4.3.2. Editar os vídeos de cada aula e produzir cópias, uma para o candidato, uma para a banca examinadora, uma para o IF Sudeste MG e um stand by, totalizando quatro (4) unidades por aula.

- 4.3.3. Encaminhar os vídeos editados, à Gestão de Pessoas da Reitoria, por meio de AR, enviando o código de rastreamento para o fiscal do contrato, para o seguinte endereço:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Rua Luz Interior, Nº 360, bairro Santa Luzia
CEP.: 36.030-776 – Juiz de Fora/MG

- 4.4. Caso o candidato não compareça à prova realizar a captura da imagem e do som do fiscal de sala, informando da ausência. Neste caso, será contabilizado, no mínimo, 1 hora de gravação.

5. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. As filmagens poderão ser realizadas nos municípios que constam no QUADRO 3.

- 5.1.1. No caso dos processos seletivos para ingresso aos cursos do IF Sudeste MG, **somente após o término da inscrição, em cada processo seletivo, será possível informar os municípios onde o serviço será prestado.**

- 5.1.2. No caso dos concursos públicos dependerá da demanda e liberação de vagas.

QUADRO 3: Locais de aplicação de provas

Seleção	Períodos previstos	Municípios
Para cursos técnicos, superiores e pós-graduação	Junho 2017 Novembro 2017 Junho 2018	Além Paraíba
		Barbacena
		Bom Sucesso
		Cataguases
		Juiz de Fora
		Manhuaçu
		Muriaé
		Lavras
		Manhuaçu
		Rio Pomba
		Santos Dumont
		São João del-Rei
		Ubá
		Viçosa
Para concurso público	Fevereiro/maio 2017* Agosto/outubro 2017* Fevereiro/maio 2018*	Barbacena
		Bom Sucesso
		Cataguases
		Juiz de Fora
		Manhuaçu
		Muriaé
		Rio Pomba
		São João del-Rei
		Ubá
* Dependente da liberação de vagas e autorização do Governo Federal		

5.2. A empresa contratada é responsável:

5.2.1. Por atender as solicitações, independentemente do número de filmagens, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

5.2.2. Pelos materiais, equipamentos e assessórios, na quantidade e qualidade necessárias para a perfeita execução dos serviços, promovendo sua substituição quando for caso. São eles:

5.2.2.1. Câmeras para captura de imagem e microfones para captura do som.

5.2.2.2. Assessórios de suporte como cabos, extensão, fone de ouvido.

5.2.2.3. Equipamentos para iluminação.

5.2.2.4. Mídia eletrônica para gravação da imagem e som.

5.2.2.5. Materiais de apoio para o registro das provas.

5.2.3. Pelos profissionais que realizarão a filmagem, assumindo os custos de transporte e hospedagem dos mesmos.

5.2.4. Pela edição dos vídeos nas quantidades solicitadas neste Termo de Referência e encaminhamento aos setores listados nos subitens 4.2.2 e 4.3.3.

5.2.5. Pelos custos previdenciários, securitários e outros decorrentes ou que venham a ser desenvolvidos em razão do objeto.

6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

6.1. A filmagem das provas objetivas e dissertativas ocorrerá nas datas e horários estabelecidos em cada certame. O produto da filmagem, ou seja, o DVD, será recebido nos seguintes prazos:

6.1.1. **Provisoriamente**, no prazo de 5 (cinco) dias, após a execução da filmagem, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.1.3. **Definitivamente**, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.1.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.1.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.2. A filmagem da prova de desempenho didático ocorrerá nas datas e horários estabelecidos em cada certame. O produto da filmagem, ou seja, o DVD, será recebido nos seguintes prazos:

6.2.1. **Provisoriamente**, no prazo de 5 (cinco) dias, após a filmagem da última **PROVA DESEMPENHO DIDÁTICO**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.2.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.2.3. **Definitivamente**, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.2.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.2.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 7.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 7.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a disponibilização dos profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de possuir os equipamentos, os assessorios, a mídia e os materiais de apoio, em quantidades para cumprir as atividades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.3. Informar aos empregados dos horários de prestação do serviço determinados pela Administração;
- 8.4. Disponibilizar profissionais habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.5. Os profissionais durante a execução dos serviços devem estar identificados por meio de crachá;
- 8.6. Apresentar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da Nota de Empenho, a relação nominal dos Cinegrafistas que atuarão na aplicação de prova;
- 8.7. Apresentar à Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, após a aplicação das provas, o resultado da filmagem devidamente editado;
- 8.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 8.9. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 8.10. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos profissionais designados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado

descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

8.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

10.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

10.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

10.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

10.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando

as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

10.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

10.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.11. A empresa obrigar-se-á a compensar os dias em que equipamento não está sendo utilizado, por falta de assistência técnica ou peças de reposição. Cada dia parado deverá ser acrescido um dia na locação.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 11.1.6. Não mantiver a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2. Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 11.2.3. Multa compensatória de 40% (quarenta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- 11.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 11.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que

será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

11.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência deverão ser enviadas para o endereço eletrônico: licitação.reitoria@ifsudestemg.edu.br.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 2017

CRISTINA THIELMANN MARTINS
Assessora Administrativa da COPESE
Portaria-R Nº 378/2014

MARIA ELIZABETH RODRIGUES
Pró-Reitora de Ensino
Portaria Nº 488/2013, DOU 21.05.13

(☐) **Aprovo** (☐) **Reprovo**, o Termo de Referência, nos termos do art. 9º, §1º do Decreto nº 5.450/2005.

....., de de 20.....

Ordenador de Despesas